

BEIRA DO RIO

ISSN 1982-5994

35
anos

UFPA • ANO XXXIV
N. 155 • JUN/JUL/AGO
DE 2020

Artigo

Violência doméstica
cresce durante
isolamento social

Página 4

Inclusão

Assistência estudantil
garante permanência
na universidade

Páginas 6 e 7

Especial

Epidemias e estatísticas
de mortalidade na
Amazônia

Páginas 16 e 17



ascom
Assessoria de
Comunicação
Institucional **UFPA**

JORNAL BEIRA DO RIO

cientificoascom@ufpa.br

Direção: Prof. Luiz Cezar Silva dos Santos

Edição: Rosyane Rodrigues (2.386-DRT/PE)

Reportagem: Adrielly Araújo, Flávia Rocha e Gabriel Mansur (Bolsistas);
Walter Pinto (561-DRT/PA).

Fotografia: Alexandre de Moraes

Fotografia da capa: Alexandre de Moraes

Ilustrações: Walter Pinto e Priscila Santos

Charge: Walter Pinto

Projeto Beira *On-line*: TI/ASCOM

Atualização Beira *On-Line*: Rafaela André

Revisão: José dos Anjos Oliveira e Júlia Lopes Pereira

Projeto gráfico e diagramação: Rafaela André

Marca gráfica: Coordenadoria de Marketing e Propaganda CMP/Ascom

Impressão: Gráfica UFPA

Tiragem: Mil exemplares

© UFPA, Junho/Julho/Agosto, 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Secretário-Geral do Gabinete: Marcelo Galvão

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Edmar Tavares da Costa

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Pró-Reitor de Extensão: Nelson José de Souza Jr.

Pró-Reitora de Relações Internacionais: Marília de Nazaré de Oliveira
Ferreira

Pró-Reitor de Administração: João Cauby de Almeida Jr.

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Raquel
Trindade Borges

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: Raimundo da Costa
Almeida

Prefeito Multicampi: Eliomar Azevedo do Carmo

Assessoria de Comunicação Institucional - ASCOM/ UFPA

Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto

Rua Augusto Corrêa. N.1 - Prédio da Reitoria - Térreo

CEP: 66075-110 - Guamá - Belém - Pará

Tel. (91) 3201-8036

www.ufpa.br



Nos seus 35 anos de existência, o *Jornal Beira do Rio* já enfrentou ondas de todos os tamanhos. Com maiores ou menores avarias em seu casco, o barco sempre seguiu. Isso nos faz um dos veículos de divulgação científica mais longevos da região. E foi essa vocação para enfrentar tempestades que nos inspirou a fazer esta edição, a primeira, da sua história, realizada com 100% de trabalho remoto da sua equipe e dos seus entrevistados.

A edição traz reportagens que já estavam sendo produzidas quando fomos atingidos pela pandemia da covid-19, seguindo a nossa linha editorial de divulgar pesquisas desenvolvidas pela UFPA e também produções sobre esse cenário tão adverso e novo para todos nós.

A professora do ICJ Luanna Tomaz de Souza abre a edição fazendo um alerta em relação aos riscos do isolamento social para as pessoas que vivem em situação de violência; a assistente social Ellana Barros Pinheiro defendeu dissertação no PPGSS/ICSA, na qual analisou as Políticas de Assistência Estudantil implementadas pela UFPA, com atenção especial ao Programa Permanência; para aquecer o coração em tempos de festas juninas canceladas, temos duas reportagens sobre pesquisas que tiveram a aparelhagem Super Pop e o carimbó como temas; em conteúdo especial, o professor Daniel Souza Barroso nos conta que, em tempos de pandemia, a subnotificação e o uso político dos números não são novidades.

Rosyane Rodrigues
Editora

NESTA EDIÇÃO

O isolamento social e a violência doméstica	4
O espaço é aqui. O tempo é agora.....	5
Aprovação no processo seletivo é só o começo.....	6
O arrasta povo do Pará.....	8
Identificação, controle e prevenção.....	10
Rural e urbano, legítimo e estilizado.....	12
Camarão, tucupi e jambu em conserva.....	14
Epidemias, estatísticas e mortalidade	16
Roteiros, potencialidades e descasos	18

Foto Alexandre de Moraes

**ESTE CONTEÚDO
TAMBÉM ESTÁ
DISPONÍVEL**

★ beiradorio.ufpa.br

Epidemias, estatísticas e mortalidade

O que a História tem a dizer sobre velhos e novos cenários?

■ Daniel Souza Barroso, especial para o *Beira do Rio*

No início de 2020, uma expressão voltou ao centro das discussões no Brasil e no exterior. Prática tão conhecida quanto pouco vivenciada no imaginário de um mundo cada vez mais globalizado, a quarentena, hoje, remete à ideia de distanciamento social, apresentada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e por autoridades sanitárias de diversos países como uma das únicas práticas preventivas realmente eficazes contra a covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), caracterizada como pandemia pela OMS, em 11 de março deste ano.

A ideia de distanciamento social pegou muitos de surpresa, senão os historiadores da Medicina. Alison Bashford, professora da Universidade de New South Wales, em Sidney, Austrália, e especialista em

História da Quarentena, lembra que o distanciamento social tem sido uma prática quase imutável ao longo dos séculos: uma resposta a doenças transmissíveis que parece familiar a todos, embora distante do nosso cotidiano há algumas décadas. Uma resposta que, lembra-nos Bashford, parece não moderna e antiliberal, com efeitos diversos na vida econômica e material, e frequentemente associada ao abuso do poder estatal.

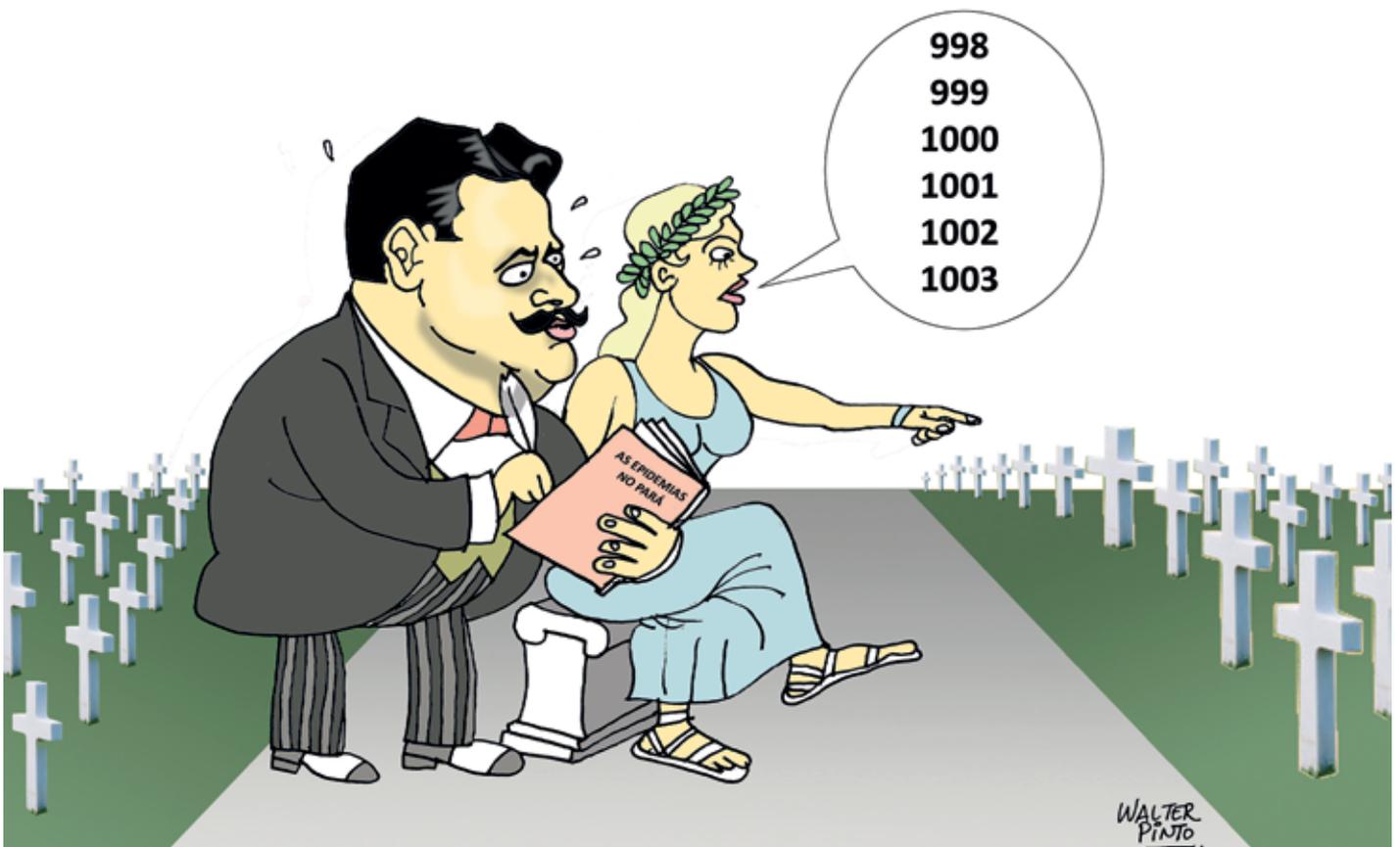
Diferentemente da quarentena, as práticas de contagem de enfermos e de mortos mudaram bastante no decorrer do tempo. A preocupação com a estatística constituiu uma peça fundamental de uma nova arte de governar que se estabeleceu na Europa do século XVIII. Como nos ensina Michel Foucault, a nascente “governamentalidade” era pautada na necessidade de conhecer quem eram as pessoas que geravam riquezas, pagavam impostos, constituíam a força de trabalho e poderiam ser

convocadas para a guerra pelo Estado. Em outras palavras, era preciso conhecer a população para governar, sendo a estatística um meio privilegiado para esse fim.

Na Antiguidade, os egípcios e, principalmente, os romanos viam nas contagens populacionais um instrumento de administração e justiça. Embora tenha se tornado menos usual durante grande parte da Idade Média, a prática de recensear voltou a ganhar importância a partir do século XV.

Do primeiro *Catasto* de Florença, de 1427, às *Descripciones de los Pueblos de España*, ordenadas por Felipe II, em 1574, várias foram as experiências de contagem populacional feitas na Europa, no contexto de transição da Baixa Idade Média para a Modernidade. Tratava-se, no entanto, de experiências esparsas no tempo, incompletas no espaço, que ainda não atendiam aos mesmos propósitos da “governamentalidade”.

Arthur Vianna e Clio, a musa da História, contam os mortos.



A subnotificação e o uso político sempre ocorreram

Essa nova arte de governar, da qual nos fala Foucault, levou os estados nacionais europeus a produzirem, de maneira sistemática, diversos tipos de estatísticas - exercício censitário que perdurou nos séculos seguintes, nos quatro cantos do mundo, mesmo após as independências das antigas colônias da Europa.

A vasta historiografia existente acerca das estatísticas demográficas, em geral,

e das estatísticas de mortalidade, em particular, lança luz para dois grandes problemas na produção e no emprego governamental dessas estatísticas “modernas”, assim como na sua utilização por historiadores contemporâneos: em primeiro lugar, um evidente e constante problema de subnotificação; em segundo, os diferentes usos políticos feitos dessas estatísticas, tanto no passado quanto no presente.

Já no contexto amazô-

nico, em 1906, Arthur Vianna publicou o clássico *As Epidemias no Pará*. Leitura obrigatória para todos aqueles que, mesmo hoje, se aventuram em estudar a história da saúde e das doenças na Amazônia. A obra percorre diversas “epidemias que flagelaram o Pará, desde o seu início até então”.

Fruto de pesquisas correlatas desenvolvidas por Vianna, anos antes, quando elaborava um estudo sobre a história da Santa Casa de

Misericórdia de Belém, o livro tem nas estatísticas, ainda que “muito reduzidas”, um dos seus alicerces fundamentais. Variola, febre amarela, cólera e outras “moléstias” tiveram as suas estatísticas de mortalidade compiladas por Arthur Vianna, intercaladas pelos juízos de valor característicos da época sobre o perfil dos enfermos e dos mortos, as causas das doenças e as medidas profiláticas tomadas pelas autoridades públicas.

Em 1850, a cólera fez vítimas na capital e no interior

A epidemia de cólera, que grassou na província em 1850, pode nos servir de fio condutor para a discussão de alguns dos problemas relativos às taxas de mortalidade no passado da Amazônia. Àquela altura, Belém era uma cidade de cerca de 20 mil habitantes. De maio de 1855 a fevereiro de 1856, entre 6 e 7 mil pessoas foram contaminadas pela doença; dessas, 1.052 faleceram.

À primeira vista, argumenta Vianna, esses dados podem indicar um “número diminuto de mortos em proporção ao número elevadíssimo de afetados”

- realidade, em parte, distante da encontrada nos interiores pelos quais a epidemia se alastrou. Cametá, por exemplo, somou 5 mil contaminados e 1.336 mortos até outubro de 1855, com uma população inferior à da capital.

As estatísticas, baseadas em dados oficiais e nos registros feitos em 1855, pelo então presidente da Comissão de Higiene Pública do Pará, Dr. Francisco da Silva Castro, apresentam uma série de inconsistências. Segundo o próprio Arthur Vianna: “tomando por base o número de 8 mil atacados [em Belém], aliás

muito inferior ao verdadeiro, obteremos o coeficiente de 5,3 para a mortalidade. Dado esse em completo desacordo com o de outras localidades”.

Além da expressiva subnotificação de casos de contágio e de óbito - seja por falhas de registro, seja por dificuldades na caracterização das doenças -, os apontamentos de Arthur Vianna são sugestivos dos usos políticos das estatísticas por autoridades provinciais. O intelectual destaca que Silva Castro, ao contrário de notórios epidemiologistas do período, como o francês Adrien Proust, associava a maior dissemina-

ção da cólera a “condições somáticas”, indicando que “a moléstia buscava, de preferência, os índios, os pretos e os mestiços nos quais se apresentava sob as formas mais graves, atacando menos os brancos e neles se exibindo benignamente na maioria dos casos”. Afora o presidente da província, Ângelo Custódio, e outras duas centenas de pessoas brancas da capital, a cólera vitimaria, sobretudo, as camadas menos abastadas da população da cidade, as quais tanto Silva Castro quanto Vianna praticamente culpavam pelas condições insalubres de sobrevivência.

Obra revela experiências longe dos discursos oficiais

Em estudo revisionista sobre essa epidemia, Jane Beltrão, hoje professora titular da UFPA, avançou na compreensão do imbricado processo que marcou o flagelo da cólera em Belém, compreendendo as diferentes dimensões sociais e cognitivas dos vários sujeitos históricos nele envolvidos. Para além dos dados oficiais e das histórias dos médicos alopatas, que desconsideravam os saberes tradicionais

das “gentes” da Amazônia, Beltrão deu voz àqueles que viam na cólera um reflexo das desigualdades e das injustiças sociais que os acometiam desde muito antes da epidemia. Desse modo, a autora demonstrou como as experiências que marcaram a epidemia na Belém oitocentista estiveram longe de se limitarem aos discursos das autoridades e da Medicina formal, muitas vezes contrastando-os.

Sobre a pandemia da covid-19, contexto marcado por profundas transformações na vida social e econômica de todos, não seria ilógico questionarmos: o que a História tem a dizer? As epidemias do passado, assim como as do presente, mudam as nossas rotinas, as formas de convivência e as maneiras de ver o mundo. Não são, porém, apenas essas as semelhanças entre ontem e hoje.

As discussões acerca

das contagens de enfermos e de mortos, os usos políticos da epidemia/pandemia pelas autoridades públicas, os embates em torno das medidas profiláticas e a estigmatização dos doentes... tudo permanece. Se é certo que, após um custo sempre incalculável de vidas humanas, a pandemia do novo coronavírus vai passar, nunca é tarde para fazermos outro questionamento: qual futuro nós queremos como sociedade?